ISSN: 2358-8829

A ATUAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Josefa Gislaine Marinho Gomes Freire[1]
Maria Fernanda Dias de Souza[2]
Viviany Silva Pessoa[3]
Adriana Gaião e Barbosa[4]
Andréia Dutra Escarião[5]

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino é marcado por lutas e reivindicações ao longo de décadas. Apesar de ser um direito garantido por lei, essa luta assumiu diferentes configurações ao longo da história, especialmente no contexto brasileiro, refletindo as transformações sociais e educacionais e os desafios para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a participação efetiva desses estudantes nos espaços educacionais (BUENO; BUENO; PORTILHO, 2023; BRASIL, 2016).

Historicamente, durante muitos séculos, as pessoas com deficiência foram vistas a partir de uma perspectiva de incapacidade, sendo frequentemente consideradas inaptas para exercer determinadas funções sociais e participar de diferentes espaços da sociedade, incluindo as instituições educacionais (BOCK; CUNHA, 2021).

Com a criação de leis e regulamentações voltadas à educação das pessoas com deficiência, alguns avanços importantes ocorreram no processo de inclusão educacional. Nesse contexto, a criação de escolas especiais representou um marco na história da educação, pois possibilitou que essas pessoas tivessem acesso a espaços destinados ao seu desenvolvimento e à sua aprendizagem (BRASIL, 2007). Entretanto, apesar desse avanço, a separação entre estudantes com e sem deficiência contribuiu para a manutenção de práticas

[1]Graduada de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, gislaynemarinho@gmail.com;
[2]Graduanda de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, maria.fernanda11@academico.ufpb.br;
[3]Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, viviany.pessoa@gmail.com;
[4]Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, adrianagaiao@uol.com.br;
[5]Professor Orientador: Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, aescariao@gmail.com

ISSN: 2358-8829

segregadoras, limitando as oportunidades de convivência e socialização entre esses grupos. Dessa forma, embora as escolas especiais tenham representado uma possibilidade de acesso à educação, esse modelo também evidenciou os desafios para a construção de uma educação efetivamente inclusiva, uma vez que a segregação contribuiu para a perpetuação de concepções capacitistas e de barreiras à participação social das pessoas com deficiência (SILVA; MEDEIROS, 2026).

A partir disso, foram implementados modelos de escolas inclusivas, nos quais estudantes com e sem deficiência passaram a compartilhar os mesmos espaços educacionais e a construir conhecimentos em conjunto. No âmbito público, essas instituições contam com as denominadas Salas de Recursos Multifuncionais, destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que visa desenvolver habilidades e oferecer recursos de acessibilidade que contribuam para o processo de aprendizagem e a participação dos estudantes no ambiente escolar (BRAGA; PRADO. CRUZ, 2018; BRASIL, 2007).

Atualmente, ao considerarmos as diferentes etapas educacionais, o Ensino Superior apresenta-se como um ambiente desafiador, sobretudo para estudantes com deficiência e outras necessidades específicas de aprendizagem (SILVA, et al, 2026). Apesar de alguns direitos serem garantidos por lei, como o acesso à educação, esses mecanismos, por si só, não garantem a permanência e a participação efetiva desses discentes. Aspectos como a formação continuada e as orientações educacionais tornam-se fundamentais para que docentes e coordenações compreendam as especificidades dos estudantes e consigam lidar melhor com as diferenças e particularidades de cada condição, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo (SILVA, et al, 2026).

Visando assegurar e articular políticas de acolhimento e suporte acadêmico para estudantes com deficiência e necessidades específicas, a Universidade Federal da Paraíba instituiu o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), órgão vinculado à Reitoria (Universidade Federal da Paraíba, 2026). O comitê conta com parcerias com diferentes projetos, a exemplo do Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (CAPpE). Essa parceria tem como um de seus objetivos oferecer a discentes e docentes uma compreensão mais individualizada das necessidades de cada estudante, bem como orientações para minimizar possíveis entraves relacionados à aprendizagem no contexto universitário. Nesse cenário, destaca-se a importância da atuação do psicopedagogo, que contribui para a identificação de barreiras à aprendizagem e para a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento acadêmico, a autonomia e a inclusão dos estudantes no Ensino Superior.

ISSN: 2358-8829

Assim, tendo em vista o número crescente de discentes com deficiência e/ou necessidades específicas que ingressam no Ensino Superior, são cruciais os debates voltados à promoção da inclusão, à identificação de barreiras à aprendizagem e à importância do acompanhamento psicopedagógico nesse contexto. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo descrever o processo de avaliação realizado pelo CIA em parceria com projetos colaboradores, como o Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (CAPpE), bem como: (1) apresentar as orientações realizadas durante o processo avaliativo; (2) discutir a contribuição da importância da perspectiva psicopedagógica durante o processo de avaliação e orientação,

METODOLOGIA

O presente trabalho configura-se como um relato de experiência, buscando apresentar e refletir sobre vivências, práticas e atividades desenvolvidas em diversos contextos (MUSSI; FLORES; ALMEIDA, 2021).

O trabalho foi conduzido por meio do projeto de extensão “Centro de Apoio Psicopedagógico ao Estudante”, vinculado ao Departamento de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Foram realizadas 43 avaliações durante os períodos letivos de 2026.1 e 2026.2, com discentes assistidos pelo CIA. As avaliações ocorreram de maneira presencial e/ou on-line, a depender das necessidades dos estudantes, com duração aproximada de 40 minutos.

O processo avaliativo utiliza um formulário próprio do CIA, composto por perguntas referentes aos dados sociodemográficos, acadêmicos e de saúde mental do discente. Por meio desse instrumento, é possível conhecer aspectos da trajetória acadêmica e das necessidades do estudante, contribuindo para a identificação de possíveis barreiras à aprendizagem e à inclusão no ambiente universitário. As perguntas são conduzidas pelo extensionista do projeto e respondidas pelo próprio discente, por meio do autorrelato. O formulário também dispõe de uma breve seção destinada à caracterização da condição do estudante, com o objetivo de reunir informações pertinentes às suas particularidades e subsidiar a elaboração de orientações mais adequadas às suas necessidades.

Em um segundo momento, é conduzida uma entrevista por meio de um questionário composto por 14 perguntas norteadoras, elaboradas pelo projeto de extensão CAPPpE. Essas perguntas abordam as dificuldades percebidas pelos discentes diante das demandas e condições acadêmicas. Como exemplos, destacam-se: “2. Quais as demandas/queixas e/ou

ISSN: 2358-8829

dificuldades que mais atrapalham você no desenvolvimento de suas atividades nos últimos dias?" e "10. Você faz algum planejamento/organização de estudo para dar conta das atividades acadêmicas? Qual?". A partir das respostas obtidas, é possível fornecer orientações mais direcionadas às necessidades dos discentes, bem como aos docentes, contribuindo para a elaboração de estratégias que favoreçam a aprendizagem e a inclusão no contexto universitário.

Por fim, cada questionário foi submetido à avaliação das docentes coordenadoras do projeto de extensão, a fim de analisar as informações coletadas e validar as orientações sugeridas, contribuindo para a promoção da inclusão e da aprendizagem no Ensino Superior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de melhor explicar o processo de avaliação será A fim de explicar melhor o processo de avaliação, este será dividido em dois momentos.

Processo inicial da avaliação – Após a apresentação e a explicação do formato da entrevista e do registro das respostas, são realizadas perguntas acerca dos dados sociodemográficos dos discentes, conforme o formulário do CIA. Após o registro dessas informações, são feitas perguntas sobre a motivação para buscar o auxílio do CIA, como: "1. O que te motivou a buscar ajuda junto ao CIA?". A partir dessas respostas, é possível identificar as necessidades e dificuldades iniciais dos discentes, que, em sua maioria, estão relacionadas à conciliação da rotina de estudos, à compreensão das atividades acadêmicas e ao elevado volume de demandas.

Em seguida, são apresentados questionamentos relacionados à percepção dos discentes sobre suas próprias dificuldades, como: "3. Desde quando você vem apresentando/sentindo estas condutas?". Em muitos casos, essas dificuldades são percebidas após o ingresso no Ensino Superior, etapa que exige estratégias específicas de organização e adaptação às novas demandas acadêmicas (Freire et al., 2026).

Além disso, são realizadas perguntas sobre como o discente compreende e percebe sua própria condição e de que maneira ela afeta seu cotidiano e seu processo de aprendizagem, como: "5. Como esse diagnóstico impacta no seu dia a dia e em seu processo de aprendizagem?". Nesse sentido, compreende-se que a forma como o estudante entende e aceita sua própria condição pode influenciar a maneira como enfrenta as dificuldades acadêmicas e busca estratégias de apoio, reforçando a importância de uma atuação psicopedagógica individualizada.

ISSN: 2358-8829

Por meio das questões norteadoras do questionário do CAPpE, são investigados aspectos relacionados à trajetória acadêmica dos discentes. A partir dessas informações, é possível identificar possíveis atrasos em relação ao período previsto para a graduação, bem como observar questões relacionadas ao engajamento acadêmico, à participação em projetos e à relação do estudante com a aprendizagem.

Por fim, o discente é questionado sobre seus métodos de estudo e organização, sendo que a maioria relata não possuir estratégias estruturadas nesses aspectos. A partir dessas informações, dá-se continuidade ao processo de elaboração de orientações individualizadas para docentes e discentes, visando favorecer a aprendizagem e contribuir para a inclusão e a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Elaboração das orientações – A partir das informações obtidas na avaliação, são elaboradas orientações considerando as necessidades e especificidades de cada discente, as quais são disponibilizadas tanto para docentes quanto para estudantes. É importante destacar que, por meio dos conhecimentos e da atuação psicopedagógica, busca-se favorecer o processo de aprendizagem, considerando os aspectos intrínsecos e extrínsecos que podem influenciá-lo, bem como contribuir para a construção de estratégias que promovam a inclusão e a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

A seguir, serão apresentadas algumas orientações direcionadas a docentes e discentes, de acordo com as necessidades identificadas durante o processo avaliativo.

Tabela 1 – Orientações psicopedagógicas realizadas durante as avaliações do CIA

Condição	Orientações para o docente	Orientações para o discente
Transtorno do Espectro Autista - TEA	- Sempre que forem utilizados termos incomuns ou que apresentem duplo sentido, explicar de maneira explícita o que significam; - Sempre que possível adicionar modelos ou passo a passo sobre a realização das atividades; - Compreender que as respostas da discente em atividades e avaliações podem ser mais objetivas,	- Manter diálogo contínuo com os/as docentes acerca das potencialidades e dificuldades apresentadas no processo de aprendizagem, a fim de contribuir para um sistema de avaliação mais equitativo; - Adotar estratégias de organização visual, como planner, agenda e outros recursos que favoreçam

ISSN: 2358-8829

	em razão de seu perfil de comunicação e da dificuldade em elaborar respostas mais extensas; Evitar realizar perguntas direcionadas de forma repentina ao discente, pois essa abordagem pode gerar desconforto, ansiedade ou dificuldade na organização da resposta. Recomenda-se oferecer um tempo adequado para processamento e resposta, utilizando linguagem clara e objetiva e, quando necessário, fornecer pistas;	o planejamento e o acompanhamento das atividades;
Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH	- Ao fim das avaliações, certificar-se juntamente com a discente se ela esqueceu de responder alguma questão; - Sempre que possível, reduzir estímulos distratores durante as avaliações, permitindo que a discente realize a atividade em um ambiente que favoreça sua concentração; - Garantir um tempo adequado para que a discente processe as informações e responda às perguntas, especialmente em situações que exijam respostas rápidas;	- Adotar o método de revisão espaçada; - Utilizar estratégias de organização visuais, como: planner; - Categorizar atividades por ordem de prioridade.
Transtorno de Ansiedade Generalizada - TAG	- No caso de atividades que exijam o cumprimento de várias instruções, explicar bem o passo a passo e fornecê-las de forma escrita para que a discente possa consultá-las sempre que necessário; - Favorecer um ambiente acadêmico previsível e respeitoso, comunicando previamente mudanças em atividades, prazos ou procedimentos sempre que possível;	- Treinar previamente apresentações em ambientes nos quais se sinta segura, reduzindo gradualmente a ansiedade diante da exposição; - Reconhecer suas próprias conquistas e evitar interpretar dificuldades pontuais como incapacidade para aprender;

ISSN: 2358-8829

	- Reforçar, quando pertinente, informações sobre prazos, atividades e demandas acadêmicas, contribuindo para sua organização e evitando esquecimentos;	- Dividir atividades extensas em etapas menores, realizando uma etapa de cada vez.

Fonte: elaboração própria (2026)

A partir das orientações realizadas sob a perspectiva psicopedagógica, foi possível fornecer aos docentes informações contextualizadas sobre as condições específicas de cada discente e como pequenos ajustes em sala de aula podem contribuir para o processo de inclusão no Ensino Superior. Por meio das orientações direcionadas aos estudantes, também foi possível oferecer estratégias para o enfrentamento das dificuldades identificadas, incentivando o discente a assumir um papel ativo em seu próprio processo de aprendizagem e a desenvolver maior autonomia na organização de sua rotina acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relato de experiência evidenciou a importância da atuação psicopedagógica na promoção da inclusão no Ensino Superior, especialmente por meio da identificação das necessidades dos discentes e da elaboração de orientações individualizadas para estudantes e docentes. Ademais, destaca-se a possibilidade de fornecer informações contextualizadas sobre as condições dos estudantes, além de estratégias que favoreçam a aprendizagem, a autonomia e a permanência acadêmica. As orientações também podem auxiliar os docentes na adoção de ajustes que considerem as particularidades dos discentes, contribuindo para a construção de um ambiente universitário mais inclusivo.

Entre as limitações do estudo, destaca-se o caráter transversal que não permite avaliar de maneira longitudinal os efeitos das orientações realizadas nem estabelecer relações causais entre a atuação psicopedagógica e os resultados acadêmicos dos estudantes. Além disso, as informações obtidas durante as avaliações são baseadas, em parte, no autorrelato dos discentes, o que delimita a compreensão das dificuldades vivenciadas no contexto universitário.

Para estudos futuros, sugere-se investigar os efeitos das orientações psicopedagógicas sobre a aprendizagem, a autonomia e a permanência dos estudantes no Ensino Superior. Também se recomenda analisar a percepção de docentes e discentes sobre as estratégias implementadas, bem como desenvolver pesquisas que contribuam para o aprimoramento dos processos avaliativos e das práticas de inclusão nas instituições de ensino.

AGRADECIMENTOS

Por meio da educação pública e de qualidade, Deus me concedeu a oportunidade de transformar meus dias, e é por meio dela que desejo transformar tantos outros.

Agradeço ao projeto de extensão “CAPpE” por todos os ensinamentos e por me mostrar que o acolhimento sempre será uma das maneiras mais significativas de contribuir para a permanência dos estudantes em uma instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

BOCK, G. L. K.; CUNHA, C. C. A. As concepções de deficiência na educação básica brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2, p. 4-24, 2021.

BRAGA, G.; PRADO, R.; CRUZ, O. O Atendimento Educacional Especializado e a organização da sala de recursos multifuncionais: que território é esse?. **RevistAleph**, n. 30, p. 91-120, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **RIAEE - Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.18, 2023.

FREIRE, J. G. M. G. *et al*. Ludicidade e acolhimento no contexto acadêmico: um estudo psicopedagógico sobre os materiais utilizados no CAPpE. *In*: ANSELMO, R. D. *et al. (Org.)*. **Clínica psicopedagógica:** reflexões teórica e práticas. João Pessoa: Editora do CCTA, 2026, p. 153-180.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

SILVA, G. S. da.; MEDEIROS, J. L. de. Educação especial na perspectiva inclusiva: aspectos históricos, sociais e educacionais. **Revista DCS**, v. 23, n. 92, 2026.

SILVA, L. P. T. *et al*. Acesso, permanência e sucesso de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Científica - RECIMA2**1, v. 7, n. 5, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comitê de Inclusão e Acessibilidade. **Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA)**. João Pessoa, 2026.